

Cotação

- Dólar: R\$ 5,66
- Euro: R\$ 6,38



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Sexta-feira • 23 de Maio de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	24 de Maio
<ul style="list-style-type: none">• Dia da Juventude Constitucionalista	<ul style="list-style-type: none">• Dia da Infância• Dia do Datilógrafo• Dia do Detento• Dia do Telegrafista• Dia do Vestibulando

Agenda do dia

Hoje	24 de Maio
<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda	<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • G1 Vanguarda • 012 News • Fala Caragua • Jornal do Litoral • Ubatuba Times • Diário Caiçara • Notícias do Litoral Norte • Litoral Norte Web

Índice

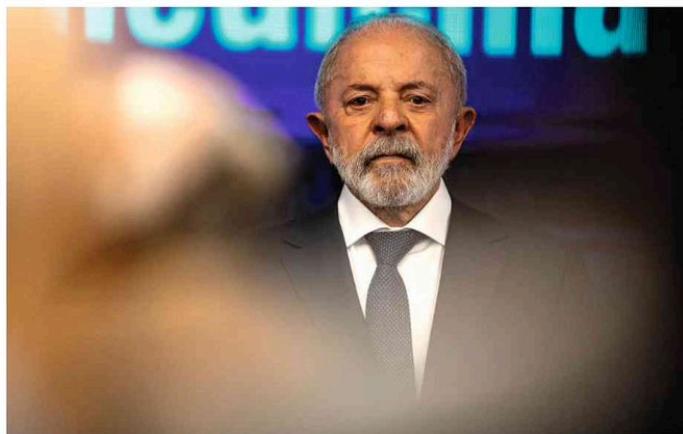
Política.....	3
Folha de São Paulo.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
O Estado de São Paulo.....	6
O Estado de São Paulo.....	7
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
Justiça suspende lei que permite patrocínio em uniformes escolares em Caraguatatuba, SP.....	11
Cotidiano.....	12
Sebrae de Caraguatatuba realiza capacitação sobre comportamento empreendedor e técnicas de apresentação de negócios.....	12
Caraguá recebe Luau Navegar com música, gastronomia e atrações gratuitas neste sábado.....	13
Caraguatatuba retoma e amplia Escolas em Tempo Integral.....	14
Praia da Cocanha representa o Brasil em prêmio internacional da ONU Turismo.....	15
NOVA REALIDADE EM CARAGUÁ! 16 ESCOLAS JÁ ESTÃO FUNCIONANDO ASSIM... E VOCÊ PRECISA SABER!.....	16
Geral.....	17
GCM de Caraguatatuba apreende veículo com queixa de apropriação indébita no Centro 17	
GCM de Caraguatatuba detém homem por furto qualificado no Jardim Gaivotas.....	18
Clipping Eletrônico.....	19
Entrevista com a Secretária de Governo, Eloíza Andrade, para a TV Câmara.....	19

Política

Folha de São Paulo

Aliados de Lula apostam em investigação para reduzir dano eleitoral com crise do INSS

Auxiliares do presidente da República acreditam que ressarcimento de aposentados afetados irá reverter cenário negativo para o governo



Lula participa de evento na Faculdade de Ciências da Saúde Sírio-Libanês, em São Paulo Adriano Vizoni/Folhapress

Catia Seabra e Victoria Azevedo

BRASÍLIA Aliados do presidente Lula (PT) temem o impacto que o escândalo dos descontos ilegais em aposentadorias e pensões no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) pode produzir numa campanha do petista à reeleição.

Segundo integrantes do Executivo, parlamentares governistas e aliados do petista, há receio de que a crise invada o calendário eleitoral de 2026.

Apesar desse cenário, que admitem como altamente desfavorável, dizem que ainda há mais de um ano pela frente para reverter a situação e apostam no avanço das investigações da Polícia Federal para desidratar uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) no Congresso.

Dizem também que o governo trabalha para restituir os valores aos aposentados que foram alvo dos descontos ilegais e que, uma vez feitos esses pagamentos, o impacto na imagem do Executivo será minimizado.

Com o ressarcimento e o avanço das investigações, inclusive sobre a responsabilidade da gestão de Jair Bolsonaro (PL), o governo tenta mostrar que foi o único que agiu para deter as fraudes.

Preende ainda ganhar tempo para pôr em prática seu plano antes da eventual instalação da CPMI, na tentativa de argumentar que uma apuração paralela do Congresso seria desnecessária, além de causar turbulência em um ano eleitoral.

Aliados de Lula tentam reforçar que o arcabouço legal que possibilitou as irregularidades foi constituído sob Bolsonaro.

Nessa batalha, um dos argu-

mentos será o de que uma instrução normativa do INSS editada no fim da gestão passada, por exemplo, abriu brecha para irregularidades no consignado.

Apesar do discurso do Palácio do Planalto de que as ilegalidades começaram em gestões anteriores, esses políticos reconhecem que há desgastes para o governo —segundo pesquisas internas, o escândalo neutralizou o esforço de recuperação da avaliação do presidente que vinha sendo feito pelo governo.

Integrantes da oposição têm usado o caso para desgastar a imagem do governo federal. Viralizou nas redes sociais vídeo do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) em que acusa Lula de omissão enquanto argumenta que Bolsonaro apresentou medida que protegia aposentados —embora o ex-presidente tenha sancionado, sem veto, fim do controle sobre o desconto dos benefícios.

A oposição se mobilizou e conseguiu as assinaturas necessárias para protocolar o pedido de CPMI. Nesta quinta (22), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), anunciou que o requerimento será lido na próxima sessão do Congresso, em 17 de junho.

Com a proximidade das festas juninas e do recesso parlamentar, congressistas já admitem que a CPMI só deve começar a funcionar no segundo semestre.

Depois da leitura do requerimento, os partidos precisam indicar os membros, negociar posições-chaves como relatoria e presidência, e acertar uma data para a instalação da comissão.

Diante das dificuldades para impedir a abertura da comissão,

aliados de Lula trabalham para traçar estratégias para conter danos, com foco na ampliação da investigação para englobar também aliados de Bolsonaro.

Além disso, reservadamente, governistas dizem que as investigações sobre o escândalo podem afetar, além de nomes da gestão Bolsonaro e parlamentares aliados ao ex-presidente, representantes do centrão. Nesse sentido, afirmam que isso também pode ser um fator para que congressistas atuem no esvaziamento dos trabalhos da comissão.

Por outro lado, um aliado de Lula diz que o governo não pode ficar de braços cruzados esperando qualquer avanço das investigações para reagir.

Segundo ele, além de realizar o ressarcimento dos aposentados que foram lesados, o Executivo e parlamentares governistas precisam, desde já, reforçar a comunicação para enfrentar esse debate político nas redes sociais —atualmente, a avaliação é que a narrativa da oposição tem ganhado mais espaço.

A Operação Sem Desconto foi deflagrada pela PF no dia 23 de abril. No mesmo dia, Lula mandou exonerar o então presidente do INSS, Alessandro Stefanuto. Desgastado, o ministro Carlos Lupi, do PDT, deixou a pasta da Previdência em 2 de maio, sendo substituído pelo ex-deputado federal pedetista Wolney Queiroz, que era o número 2 do ministério.

Nesta quinta, o governo anunciou que agências dos Correios pelo país atenderão beneficiários do INSS para pedidos de devolução dos descontos indevidos.

Colaborou Thaís Oliveira, de Brasília

Leia mais na pág. A28

Folha de São Paulo

Dilma é reconhecida como anistiada política depois de recusa na gestão Bolsonaro

Pedido foi rejeitado pela ex-ministra dos Direitos Humanos Damares Alves; ex-presidente foi torturada no regime militar

Victoria Azevedo

BRASÍLIA A Comissão de Anistia aprovou de forma unânime nesta quinta-feira (22) o reconhecimento da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) como anistiada política. O pedido havia sido rejeitado em 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

A declaração de anistia é um instrumento de reparação e preservação da memória. Com ele, o Estado pede perdão às vítimas dos crimes cometidos durante o regime militar (1964-1985).

Também haverá reparação de caráter indenizatório. O relator do caso, conselheiro Rodrigo Lenz, definiu que isso se dará em uma única parcela, considerando o período de 1969 a 1988, atingindo o teto legal de R\$ 100 mil.

Em seu voto, Lenz disse que



Dilma Rousseff em interrogatório na Auditoria Militar do Rio de Janeiro, em 1970. Divulgação/Comissão da Verdade

Dilma foi "atingida por graves atos de exceção por motivação exclusivamente política". Ele também leu trechos de depoimento de Dilma sobre as sessões de tortura a que ela foi submetida.

A presidente do colegiado, Ana Maria Lima de Oliveira, agradeceu à petista pela sua "incansável luta pela democracia brasileira e pelo povo brasileiro".

"Esta comissão, pelos poderes que lhe são conferidos, lhe declara anistiada política brasileira. E, em nome do Estado brasileiro, lhe pede desculpas por todas as atrocidades que lhe causou o Estado ditatorial. Que causou à senhora, à sua família e aos seus companheiros de luta e, ao fim e a o cabo, a toda à sociedade brasileira. Também queremos agradecer por sua incansável luta pela democracia brasileira, pelo povo brasileiro. Muito obrigada pela senhora existir e ser essa mulher que todos lhe chamam de 'Dilma, coração valente'", disse Ana Maria.

A conselheira Rita Sipahi, que foi presa com Dilma, disse que participar da sessão era "grande honra e orgulho" e que "a resistência brasileira à ditadura civil-militar implantada em 1964 foi conquistada por você, mulheres e homens do passado e do presente."

Após a decisão, os conselheiros aplaudiram, e houve gritos de "Dilma, presente".

O advogado de Dilma, Danilo Fernandes Machado, disse que ela não pôde comparecer por ter compromissos fora do país, mas acompanhava a reunião virtualmente. Desde 2023, Dilma preside o Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido como "Banco dos Brics", morando na China.

Protocolado em 2002, o pedido de indenização foi suspenso, por pedido dela, quando assumiu o cargo de ministra de Estado e seguiu paralisado enquanto foi presidente da República. Depois do impeachment, em 2016, ela recorreu para que a solicitação voltasse a tramitar.

Em abril de 2022, a ministra Damares Alves negou o pedido de indenização. A defesa da ex-presidente recorreu.

Nos anos 1970, Dilma integrou organizações de oposição à ditadura, como a VAR-Palmares, um dos principais grupos da luta armada. Foi presa e torturada.

Em 2001, ela descreveu ter sido submetida a pau-de-arara, choques elétricos e palmatória e ter levado socos no rosto, o que gerou consequências duradouras.

"Minha arcada girou para o outro lado, me causando problemas até hoje", relatou a ex-presidente em seu depoimento, feito em 2001. "A pior coisa é esperar por tortura", acrescentou. "As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim."

Folha de São Paulo

Fim da reeleição e mudança na duração de mandatos têm resistências no Congresso

Alcolumbre se diz favorável, e votação deve ocorrer na semana que vem; se ideia passar, eleitor escolherá nove candidatos por pleito

Ranier Bragon

BRASÍLIA A proposta de emenda à Constituição que acaba com a reeleição e unifica futuramente as disputas em intervalos de cinco anos foi aprovada na quarta (21) na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, mas sofre resistência nas duas Casas do Congresso Nacional, o que torna sua aprovação final incerta.

Apesar de o fim da reeleição para presidente, governadores e prefeitos ter apoio entre congressistas, uma parte crítica as confusas regras de transição e a unificação de todas as eleições em um único ano, o que vai obrigar o cidadão a escolher nove candidatos de uma vez só, em uma campanha que vai misturar assuntos municipais, estaduais e federais.

A medida propõe uma transição gradual e complexa até 2039, quando todos os mandatos passarão a ter duração de cinco anos. Mas o caminho até a padronização inclui mandatos com durações variáveis (de quatro, cinco, seis, oito e nove anos), conforme os cargos e os anos de eleição.

O texto precisa ser votado ainda no plenário em dois turnos e depois ser analisado na Câmara. No caso de prefeitos, os atuais têm mandato de quatro anos. Os eleitos em 2028 teriam mandato de seis anos, dois a mais. A partir de então, cinco anos.

Senadores manteriam os atuais mandatos de oito anos em 2026. Em 2030, os eleitos teriam mandato excepcional de nove anos e, em 2034, de cinco, o que criaria, a partir de 2034, convivência entre parlamentares com prazos distintos —alguns com cinco anos



Alcolumbre em evento em Brasília Fábio Rodrigues-Pozzebom - 20.mai.25/Agência Brasil

Entenda a proposta de fim da reeleição e de unificação das eleições

PREFEITOS E VEREADORES

- **Como é hoje** Mandato de quatro anos, com possibilidade de uma reeleição para prefeitos. Vereadores não tem limite de reeleição
- **Como ficaria** A partir de 2028 os prefeitos eleitos não poderão se reeleger. Prefeitos e vereadores eleitos nesse pleito terão mandato de 6 anos. A partir de 2034, o tempo de mandato será de 5 anos

DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS

- **Como é hoje** Mandato de quatro anos sem limite de reeleições
- **Como ficaria** Os eleitos a partir de 2034 passam a ter mandato de cinco anos com direito a reeleição

SENADORES

- **Como é hoje** Mandatos de oito anos sem limite de reeleições. A renovação ocorre de quatro em quatro anos, com um terço e dois terços da Casa entrando em disputa a cada eleição
- **Como ficaria** Eleitos em 2026 continuariam com mandato de oito anos. Eleitos em 2030 teriam mandato de nove anos. Eleitos em 2034 e 2039, de cinco. Continua a possibilidade de reeleição

GOVERNADORES E PRESIDENTE

- **Como é hoje** Mandato de quatro anos com uma reeleição
- **Como ficaria** A partir de 2030 os eleitos não poderão mais se reeleger. Em 2034, os eleitos passam a ter mandato de cinco anos

DATA DAS ELEIÇÕES

- **Como é hoje** Ocorrem a cada dois anos, divididas entre municipais (prefeitos e vereadores) e gerais (deputados, senadores, governadores e presidente da República)
- **Como ficaria** A partir de 2034 seriam unificadas, ocorrendo a cada cinco anos

de mandato, outros com nove.

Hoje a Casa renova cadeiras de quatro em quatro anos, um terço em uma eleição, dois terços em outra.

O projeto permite reeleição em 2026 para presidentes e governadores, e em 2028 para prefeitos. Depois disso, ela fica proibida.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), se reuniu com líderes partidários nesta quinta (22) e, segundo relatos, assegurou a votação da PEC em plenário na próxima semana. No dia anterior, disse que iria defender a votação imediata.

“Tenho todo o desejo e interesse de que, na semana que vem, essa proposta esteja em deliberação no plenário do Senado Federal. Eu quero ouvir os líderes partidários e eu tenho certeza absoluta de que a maioria vai apoiar essa decisão”, disse.

Alguns senadores criticaram nos bastidores a medida, afirmando não apoiar mandato de cinco anos a partir de 2034 para uns e a partir de 2039 para todos. A redução dos mandatos em três anos a partir dessa data não é bem vista por boa parte deles.

Uma alternativa seria ampliar de oito a dez anos os mandatos de senadores, o que poderia gerar resistência na opinião pública.

Para alguns deputados, apesar do aumento de um ano no atual mandato de quatro anos, a unificação de todas as disputas —prefeito, vereador, deputado estadual, federal, senador, governador e presidente— não é bem vista.

O eleitor teria que escolher nove nomes de uma vez: vereador, prefeito, deputado estadual, governador, três candidatos ao Senado, deputado federal e presidente da República.

Para ser aprovada no Senado, é preciso apoio de ao menos 49 dos 81 senadores, em dois turnos. Se passar, vai à CCF da Câmara, a comissão especial e, depois, plenário. É preciso do voto de ao menos 308 dos 513 deputados.



EstúdioFOLHA:

Prefeitura de SP obtém mais R\$ 1,4 bilhão para compra de ônibus elétricos



Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

O Estado de São Paulo

Temer dá mais um passo para articular chapa de 2026 e envolve Sarney no diálogo

O ex-presidente Michel Temer deu mais um passo ontem para avançar nas articulações por uma chapa única de centro-direita em 2026. Por mais de duas horas, recebeu em sua casa o ex-presidente José Sarney. Segundo apurou a *Coluna*, eles discutiram a construção de um projeto para o País, batizado de Movimento Brasil. Considerados hábeis articuladores, os dois já criticaram publicamente a radicalização no País nos últimos anos. No encontro desta quinta, os emedebistas reforçaram o diálogo sobre o cenário político brasileiro para a corrida ao Palácio do Planalto. Em recente evento sobre os “40 anos de Democracia no Brasil”, Sarney classificou como lamentável a polarização política e disse acreditar que “faltam muitas” lideranças políticas no País atualmente.

● **MAS...** Sarney também já disse que é aliado do presidente Lula e defendeu apoio do MDB à reeleição do petista. Temer, entretanto, avalia que a desaprovação do atual governo pode levar Lula a reavaliar sua candidatura.

● **CONSULTOR.** Como Sarney é considerado uma espécie de oráculo da política, a aposta é que Lula deverá ouvi-lo em algum momento antes das decisões sobre 2026. O petista buscou aconselhamento em outras ocasiões.

● **CORRIDA.** Enquanto o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) sustenta que será candidato à reeleição, os governadores Eduardo Leite (RS) e Ratinho Júnior (PR) intensificam a agenda e fazem um pingue-pongue de declarações públicas. O gaúcho reafirma ser pré-candidato, o paranaense sinaliza o interesse na disputa ao Planalto. O presidente do partido, Gilberto Kassab, porém, tem sido taxativo: “Não haverá duelo”.

● **RADAR.** Ciente de que segurança pública será o grande tema da eleição 2026, Ratinho Júnior decidiu fazer barulho com as ações do governo no setor. Hoje, por exemplo, fará cerimônia para mostrar que o Paraná será o 1º estado onde as polícias Civil, Militar e Penal usarão o Taser 10.

● **NÚMEROS.** As 1400 armas não letais chegaram esta semana ao Paraná. Custaram R\$ 25 milhões, incluindo kit com trajes, coldre e bases de carregamento. Os recursos são do Tesouro do Estado, do Fundo Estadual de Segurança Pública e do Fundo Nacional de Segurança Pública. O governo local quer adquirir mais 600. A PRF também usa o equipamento.

● **TENHA FÉ.** Para 74% dos eleitores brasileiros, a religião do candidato a presidente não é fator relevante na escolha, segundo pesquisa do Instituto Ipespe. Apenas 24% disseram ser importante ou muito importante o político compartilhar a mesma crença.

O Estado de São Paulo

Ação penal do golpe

Ex-chefe do Exército de Lula nega ter recebido proposta para dar golpe

General Júlio César de Arruda confirma em depoimento reunião com Mário Fernandes, mas diz que assunto não foi discutido

LEVY TELES
BRASÍLIA

Em depoimento prestado ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-comandante do Exército, general Júlio César de Arruda, confirmou que se reuniu com o general de brigada Mário Fernandes, mas negou que o encontro tenha tratado da possibilidade de uma ruptura institucional após o resultado da eleição presidencial de 2022.

General da reserva, Arruda foi ouvido como testemunha do ex-ajudante de ordens da Presidência da República, tenente-coronel Mauro Cid, no processo em que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é acusado de tentativa de golpe de Estado. O ministro do Supremo Alexandre de Moraes, relator do caso na Corte, conduziu a audiência.

Bolsonaro, Cid e Mário Fernandes são réus no STF – os dois primeiros foram denunciados sob acusação de integrar o “núcleo crucial” do golpe; o general de brigada é acusado de compor o “núcleo de gerência” da trama golpista.

PL apresenta novo projeto de anistia com texto mais brando

O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, apresentou ontem um novo projeto de lei que prevê uma anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro. O texto tem teor mais suavizado. A proposta anterior, sob relatoria de Rodrigo Valadares (União Brasil-SE), era considerada muito ampla e com brechas que poderiam beneficiar Bolsonaro.

O projeto de agora, apresentado ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), perdoa todos

os crimes contra o estado democrático de direito de quem tenha participado diretamente dos ataques na Praça dos Três Poderes, mas não exclui a responsabilização civil pelos danos causados ao patrimônio público.

Em abril, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), admitiu que o texto original poderia passar por mudanças, e a base governista sinalizou que poderia aceitar a tramitação de um texto mais brando. Líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE) defendeu a revisão de “injustiças na dosimetria” de penas, mas sem perdoar os mentores do plano. ●Lr.

peciais do Exército e então número 2 da Secretaria-Geral da Presidência, procurou Arruda, no dia 28 de dezembro de 2022, para o pressionar a impedir a posse de Lula. Escolhido pelo então presidente eleito, Arruda assumiria o comando da Força Terrestre no dia 30.

Na ocasião, depois de criti-

No STF

31 réus respondem por plano de golpe; ação da qual Bolsonaro é alvo está na fase de ouvir testemunhas

car o então comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, que não embarcava, dias antes, na ideia de golpe defendida por alguns militares, Mário Fernandes disse a Arruda: “O senhor vai assumir o comando depois de amanhã. O senhor tem de fazer alguma coisa”. Arruda, então, o expulsou de seu gabinete.

Ontem, ao ser questionado pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, o ex-comandante do Exército negou ter expulsado Mário Fernandes de seu gabinete. “Ele esteve lá para conversar comigo no dia 28 (de dezembro de 2022)”, afirmou Arruda. “Foi conversado sobre um eventual impedimento para a posse de Lula?”, indagou Gonet. “Não, senhor”, respondeu o general.

DEMISSÃO. Arruda foi comandante do Exército no terceiro mandato de Lula por pouco mais de 20 dias. A demissão do comandante, em 21 de janeiro de 2023, se deu por um acúmulo de fatores, como a resistência do general a permitir prisões no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército após o 8 de Janeiro e demora para exonerar Cid.

Na época, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro tinha sido nomeado para chefiar o 1.º Batalhão de Ações de Comando do Exército em Goiânia e foi grande a pressão para que a nomeação fosse cancelada por Arruda, o que não ocorreu.

Durante o depoimento ao STF, Arruda disse que Cid já estava designado para a função com quase um ano de antecedência. Em relação aos acampamentos bolsonaristas, o ex-chefe do Exército afirmou que não impediu a atuação de policiais militares. Segundo ele, a sua função era “acalmar” os ânimos e promover uma ação de forma coordenada.

Moraes mencionou o depoimento do ex-chefe da Polícia Militar do Distrito Federal, coronel Fábio Augusto Vieira, que relatou a existência de uma mobilização do Exército para barrar a ação da PM no dia 8 de janeiro de 2023. Conforme Vieira, Arruda teria dito na ocasião: “O senhor sabe que a minha tropa é um pouco maior que a sua, né?”

Ontem, o ex-comandante da Força Terrestre afirmou que havia um clima de nervosismo e disse não se lembrar da fala para o ex-chefe da PM do Distrito Federal. Arruda foi substituído pelo então comandante militar do Sudeste, general Tomás Paiva.

‘Fratura de confiança’
Demitido por Lula, general não permitiu prisões em frente ao QG do Exército após o 8 de Janeiro

A audiência de ontem, que ouviu as testemunhas chamadas pela defesa de Cid, foi breve. A sessão durou pouco mais de uma hora e ouviu colegas militares do tenente-coronel e funcionários da ajudância de ordens da Presidência. Eles relataram desconhecer a existência de um plano de golpe, elogiaram a conduta “profissional” de Cid e disseram que, enquanto conviveram com ele, não o viam comentar muito sobre política. Conhecido como “faz-tudo” de Bolsonaro, o tenente-coronel fez acordo de delação premiada.

Além de Arruda, prestaram depoimento os generais Edson Diehl Ripoli e João Batista Bezerra, o capitão Adriano Alves Teperino e o sargento Luís Marcos dos Reis, que trabalharam com Cid na ajudância de ordens, além do capitão Raphael Maciel Monteiro. ●

O Estado de São Paulo

Legislativo

Alcolumbre adia para junho leitura de requerimento de CPMI do INSS

Apesar de a expectativa ter sido para este mês, o presidente do Senado marcou o primeiro ato antes da instalação da comissão para o dia 17

PEPITA ORTEGA
BRASÍLIA

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), decidiu convocar uma sessão do Congresso para a leitura do requerimento de abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no dia 17 de junho.

Diante do “número adequado” de assinaturas para a criação do colegiado, disse Alcolumbre, “o que cabe ao presidente do Senado é cumprir as regras e o regimento”. “Como o requerimento está embasado, vamos fazer a leitura dentro do amparo do regimento”, afirmou o senador.

Protocolado no dia 12 de maio, o pedido contou com as assinaturas de 222 deputados e de 36 senadores, a maioria de oposição ao governo Lula. Havia a expectativa de que pudesse ocorrer uma sessão do Congresso já na próxima semana, dia 27. Alcolumbre disse ter su-

gerido a data para líderes do Congresso há um mês, mas afirmou que não chegou a marcar oficialmente a sessão.

Naquele momento, a principal demanda era apreciar vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a projetos de lei aprovados pelos parlamentares. A sessão de 17 de junho também vai tratar dos vetos.

MANOBRA. Aliado de Lula, o senador negou que estivesse “fazendo uma manobra” para “não ler o requerimento” da CPMI. “A sessão não estava definitivamente marcada, tanto que não foi publicada.”

Alcolumbre alegou que gostaria, sim, de reunir os congressistas na semana que vem para o Parlamento “se desobrigar dos vetos, que é a função do Congresso”, mas não houve reunião com os líderes partidários para acertar “um acordo de procedimentos”.

“É humanamente impossível fazer a sessão do Congresso Nacional com 60 vetos para deliberar sem antes buscar o consenso sobre quais derrubar ou manter”, insistiu o presidente do Senado.

Ele disse ter alertado aos parlamentares, em reunião do colégio de líderes, ontem, que a sessão de 17 de junho vai deliberar “vetos acordados ou não, vetos da lei de diretrizes orçamentárias acordados ou



Presidente do Senado, Alcolumbre em conversa com parlamentares

Segurados vítimas de fraude podem pedir reembolso em dobro

Aposentados e pensionistas do INSS que foram vítimas de fraudes têm direito a restituição em dobro dos valores descontados indevidamente e podem pedir indenização por danos morais na Justiça, disse o advogado Gabriel de Britto Silva, especializado em Direito do Consumidor.

Segundo ele, as entidades associativas e o próprio INSS podem ser acionados judicialmente. “Ambos são responsáveis pelos descontos fraudulentos, ante a responsabilidade objetiva, ou

seja, independentemente de culpa”, afirmou Silva.

A fraude alvo da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União mira 30 associações e sindicatos sob suspeita de se apropriarem de valores sem autorização, movimentando R\$ 6,3 bilhões.

O advogado orienta as vítimas a buscar o juizado federal mais próximo de sua moradia; segundo ele, não é preciso pagar custas judiciais. “O INSS e a entidade beneficiária é que devem provar que o aposentado contratou o empréstimo ou o serviço e se beneficiou com ele. Basta o aposentado relatar a fraude e que desconhece aquela relação jurídica.” ● RAYSSA MOTTA

não, e o requerimento da CPMI”. Entre os 60 vetos de Lula a deliberar, ele destacou um relacionado à lei orçamentária, que trata do repasse de recursos federais a cidades abaixo de 50 mil habitantes. Segundo Alcolumbre, o Congresso precisa construir um acordo para derrubar esse veto.

PRESSÃO. A pressão em torno da abertura da CPMI cresceu. Até o PDT, partido do ex-ministro da Previdência Social Carlos Lupi, que deixou o posto após o escândalo de descontos fraudulentos em aposentadorias e pensões, decidiu apoiar o requerimento. A sigla, po-

“Como o requerimento da CPMI (que contou com assinatura de 222 deputados e 36 senadores) está embasado, vamos fazer a leitura dentro do amparo do regimento”

Davi Alcolumbre
(União Brasil-AP)
Presidente do Senado

rém, condicionou a adesão ao escopo ampliado das investigações, ou seja, que elas incluam a gestão do INSS no governo Jair Bolsonaro (PL).

Entre os partidos mais fiéis a Lula, apenas membros do PSB tinham assinado o requerimento. O movimento dos pedetistas coincide com a articulação de integrantes da base governista que já consideram impossível evitar a CPMI e visam agora cargos-chave, como a relatoria. Um dos nomes cotados é o da deputada Tabata Amaral (PSB-SP). ●

O Estado de São Paulo

Meio ambiente Regras de licenciamento

Alvo de críticas de ambientalistas, novo marco deve parar no STF

Especialistas veem pontos polêmicos no projeto, como o repasse de atribuições hoje da União a Estados e municípios

LUÍZ ARAÚJO
BRASÍLIA

O novo marco do Licenciamento Ambiental, aprovado pelo Senado na noite de quarta-feira, é apontado como inconstitucional por ambientalistas e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Advogados ouvidos pelo *Estadão|Broadcast* avaliam que a proposta tem aspectos polêmicos que devem ser discutidos no Judiciário. O texto segue agora para a Câmara.

O MMA afirmou em comunicado que o projeto “afronta diretamente a Constituição Federal” pois entra em conflito com o artigo 225, que prevê que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Antes da votação do projeto, o senador Fabiano Contarato

(PT-ES) fez um longo discurso em que disse ver inconstitucionalidade na proposta pelas mesmas razões apontadas pelo MMA. E questionou a flexibilização de licenças para empreendimentos classificados como “médio potencial poluidor”.

O ministério também criticou o dispositivo da medida que repassa a atribuição de avaliação de quais empreendimentos precisam de licenças ambientais de órgãos federais para órgãos municipais e estaduais.

“Ao permitir que a definição de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental ocorra sem coordenação nacional e fora do âmbito de órgãos colegiados, o projeto pode promover a ação descoordenada entre União, Estados e Municípios e desarticular os mecanismos de participação social”, ressaltou o MMA.

CRISE CLIMÁTICA? Conforme a pasta comandada por Marina Silva, o projeto de lei aprovado é omissivo em relação à crise climática, “sem sequer mencionar a questão em seu conteúdo, fazendo com que o processo de licenciamento desconsidere esse tema crucial”.

Ainda segundo o MMA, a proposta terá impacto negativo para a gestão socioambiental, “além de provocar, possivelmente, altos índices de judicialização, o que tornará o pro-

.....

‘O licenciamento ambiental sofreu golpe de morte’, diz Marina

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse ontem que o licenciamento ambiental no Brasil “sofreu um golpe de morte”, ao referir-se ao Projeto de Lei 2.159/2021, aprovado pelo Senado na noite de quarta-feira.

“A gente não pode retroceder nem um centímetro nas agendas que o Brasil já avançou, inclusive no licenciamento ambiental, que agora sofreu golpe de morte”, disse Marina, em breve intervenção durante evento do ministério em parceria com o Banco Nacional de

desenvolvimento econômico e social (BNDES), no Jardim Botânico, no Rio.

JUDICIALIZAÇÃO. Para a advogada Ana Claudia Franco, o texto aprovado no Senado se distancia radicalmente da versão original, iniciada em 2004, quando era apoiada por ambientalistas, configurando, em sua avaliação, um “alto risco de judicialização”.

Segundo ela, a ausência de diretrizes gerais mínimas ao delegar a Estados e municípios

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Jardim Botânico, no Rio.

“A sociedade brasileira tem a oportunidade de dar sustentabilidade política para que o licenciamento ambiental seja mantido. Esta é uma linguagem que nós, políticos, entendemos”, afirmou.

Ela defendeu a mobilização da sociedade para que os parlamentares sintam que não há apoio político para o desmonte da legislação atual. “Infelizmente, eu e outros colegas, inclusive o (ministro da Fazenda) Fernando Haddad, temos muitas coisas que mandamos para o Congresso e temos dificuldade (de aprovação)”. ● DA-

NIELA AMORIM/RIO



“A gente não pode retroceder nem um centímetro nas agendas que o Brasil já avançou, inclusive no licenciamento ambiental, que agora sofreu golpe de morte. A sociedade tem a oportunidade de atuar politicamente para manter o licenciamento”

Marina Silva
Ministra do Meio Ambiente

a definição de quais atividades exigem licença o novo marco cria de fato um conflito federativo. Essa lacuna, observou ela, tende a ser questionada como violação ao pacto federativo e ao artigo 225 da Constituição.

A advogada afirmou ainda dispositivos específicos que podem provocar ações diretas de inconstitucionalidade no STF: como a dispensa automática de licenciamento para atividades agropecuárias mediante autodeclaração; a desvinculação entre licenciamento e outorga de uso da água; e a ampliação da Licença por Adesão e Compromisso (LAC) para empreendimentos de médio porte, o que contraria decisões anteriores do STF, que limitam a LAC a atividades de baixo impacto.

Já a advogada Amália Botter Fabbri, sócia da área de Direito Ambiental no Lobo de Rizzo Advogados, disse reconhecer que a essência do projeto busca dar maior eficiência e homogeneidade ao processo, aliviando a sobrecarga dos órgãos ambientais ao diferenciar atividades de baixo impacto daquelas de maior complexidade.

No entanto, Amália alertou para o fato de que o mecanismo de autodeclaração, a renovação automática de licenças e as hipóteses amplas de dispensa – como obras de manutenção de infraestrutura já existente – podem resultar em forte reação do Ministério Público e de entidades da sociedade civil, justamente por reduzirem controles prévios em empreendimentos de impacto potencialmente significativo. ●

O Estado de São Paulo



Rogério Werneck

Lula e o Banco Central

No final do ano havia muita apreensão com a transição por que estava prestes a passar o Banco Central (BC). Tendo sido tão tranquila a transição, disseminou-se a percepção de que o problema teria sido superado. Não haveria mais razões para apreensões, seja sobre a condução da política monetária, seja sobre o relacionamento do Planalto com o BC. A verdade, contudo, é que o problema está longe de ter sido superado.

Basta ter em mente o cabo de guerra que o governo vem travando com o BC agora. Na contramão dos esforços de desaceleração da economia para

trazer a inflação de volta à meta, o governo, alarmado com a perda de popularidade do presidente, vem tomando uma série interminável de medidas intempestivas, claramente expansionistas, para tentar conter a redução da expansão do nível de atividade buscada pelo BC.

É fácil perceber que, se o BC reagir a isso como deveria, estará configurado um círculo vicioso altamente prejudicial ao projeto de reeleição acalentado pelo governo. A cada queda de popularidade do presidente, novas medidas expansionistas serão adotadas pelo governo, que forçarão o BC a endurecer a condução da política mo-

netária e tornar ainda mais longo e penoso o processo de desinflação em curso, o que contribuirá para nova queda de popularidade do presidente. E assim por diante.

Alguém acha mesmo que o BC resistirá como um rochedo às pressões do Planalto?

Resta saber em que medida o BC de fato reagirá a isso como deveria. O que levanta a questão do relacionamento de Lula com a instituição. O presi-

dente completará 80 anos em outubro. Não é crível que uma pessoa dessa idade, com convicções tão firmes e arraigadas sobre a forma como o BC deve atuar e sobre o grau de ingerência que o governo deve ter na instituição, tenha mudado de opinião de repente. Ou que esteja definitivamente conformado com a autonomia operacional que a legislação hoje confere ao BC. Muito menos agora, quando o que está em jogo é sua reeleição.

Seria impensável algo tão brutal como o que ocorreu no governo Dilma. Lula bem sabe que esse tempo passou. E que, agora, terá de atuar de forma

muito mais sutil, para não assustar os mercados. Mas o certo é que não deixará de fazer valer todo o peso da sua ascendência sobre a instituição, para assegurar que a reação do BC à sua tentativa de solapar o esforço de desaceleração da economia seja mais branda do que deveria ser. E que, mantidas as aparências, a condução da política monetária seja tão compatível com o projeto da reeleição quanto possível.

Alguém acha mesmo que o BC resistirá como um rochedo a tais pressões? ●

ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD. É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça • TER. Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (quinzenalmente) • QUA. Fábio Alves • QUIL. Alvaro Gribel • SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quinzenalmente) • SAB. Fábio Gallo • DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartzman (revezam quinzenalmente). Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês). Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Veículo
G1 Vanguarda
012 News



Justiça suspende lei que permite patrocínio em uniformes escolares em Caraguatatuba, SP

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou, nesta semana, que seja suspensa uma lei que permitia que empresas estampem logomarcas e patrocínios nos uniformes e materiais escolares de alunos da rede municipal de ensino de Caraguatatuba, no Litoral Norte de São Paulo.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículo
Fala Caragua



Sebrae de Caraguatatuba realiza capacitação sobre comportamento empreendedor e técnicas de apresentação de negócios

O Sebrae de Caraguatatuba realiza na próxima terça-feira (27), uma capacitação voltada a microempreendedores e interessados em impulsionar seus negócios com mais estratégia e confiança. Como parte da Semana do MEI, a programação incluiu o encontro “Comportamento Empreendedor e o Poder do Pitch”.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal do Litoral

The poster features a dark background with a large, white, cursive script 'Luau' in the center. Below it, the text 'Navegar em Caraguá' is written in a clean, white, sans-serif font. A light blue rectangular box contains the text 'DAS 18H ÀS 23H30'. At the bottom, 'sábado, 24 de maio' is written in a large, white, sans-serif font. The location 'Praia do Centro - Faixa de areia atrás da Secretaria de Turismo' is printed in a smaller white font at the very bottom. In the top left corner, there are social media icons for a website, Facebook, and Instagram, followed by their respective handles: 'caraguatatuba.sp.gov.br', '@prefeituradecaraguatatuba', and '@caraguatatuba_oficial'. In the top right corner, there are four lines of text with icons: 'Música ao vivo' with a music note icon, 'Food trucks credenciados' with a food truck icon, 'Ambiente à beira-mar' with a wavy line icon, and 'Traga sua cadeira de praia' with a beach chair icon.

caraguatatuba.sp.gov.br
@prefeituradecaraguatatuba
@caraguatatuba_oficial

Música ao vivo
Food trucks credenciados
Ambiente à beira-mar
Traga sua cadeira de praia

Luau
Navegar em Caraguá
DAS 18H ÀS 23H30
sábado, 24 de maio
Praia do Centro - Faixa de areia atrás da Secretaria de Turismo

Caraguá recebe Luau Navegar com música, gastronomia e atrações gratuitas neste sábado

Neste sábado (24), a partir das 18h, a Prefeitura de Caraguatatuba realiza o Luau Navegar, um evento que promete proporcionar uma experiência única à beira-mar, com música ao vivo, food trucks variados e um ambiente especial marcado pelo pôr do sol e a noite estrelada. A programação vai até às 23h30, com entrada gratuita.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Ubatuba Times
Litoral Norte Web



Caraguatatuba retoma e amplia Escolas em Tempo Integral

Desde o início do ano letivo de 2025, uma das metas da Secretaria Municipal de Educação era reestruturar, retomar e ampliar o programa das Escolas em Tempo Integral (ETI). Em janeiro, apenas duas unidades estavam em funcionamento, agora, em maio, esse número subiu para 16 unidades escolares.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Notícias do Litoral Norte
Tamoios News

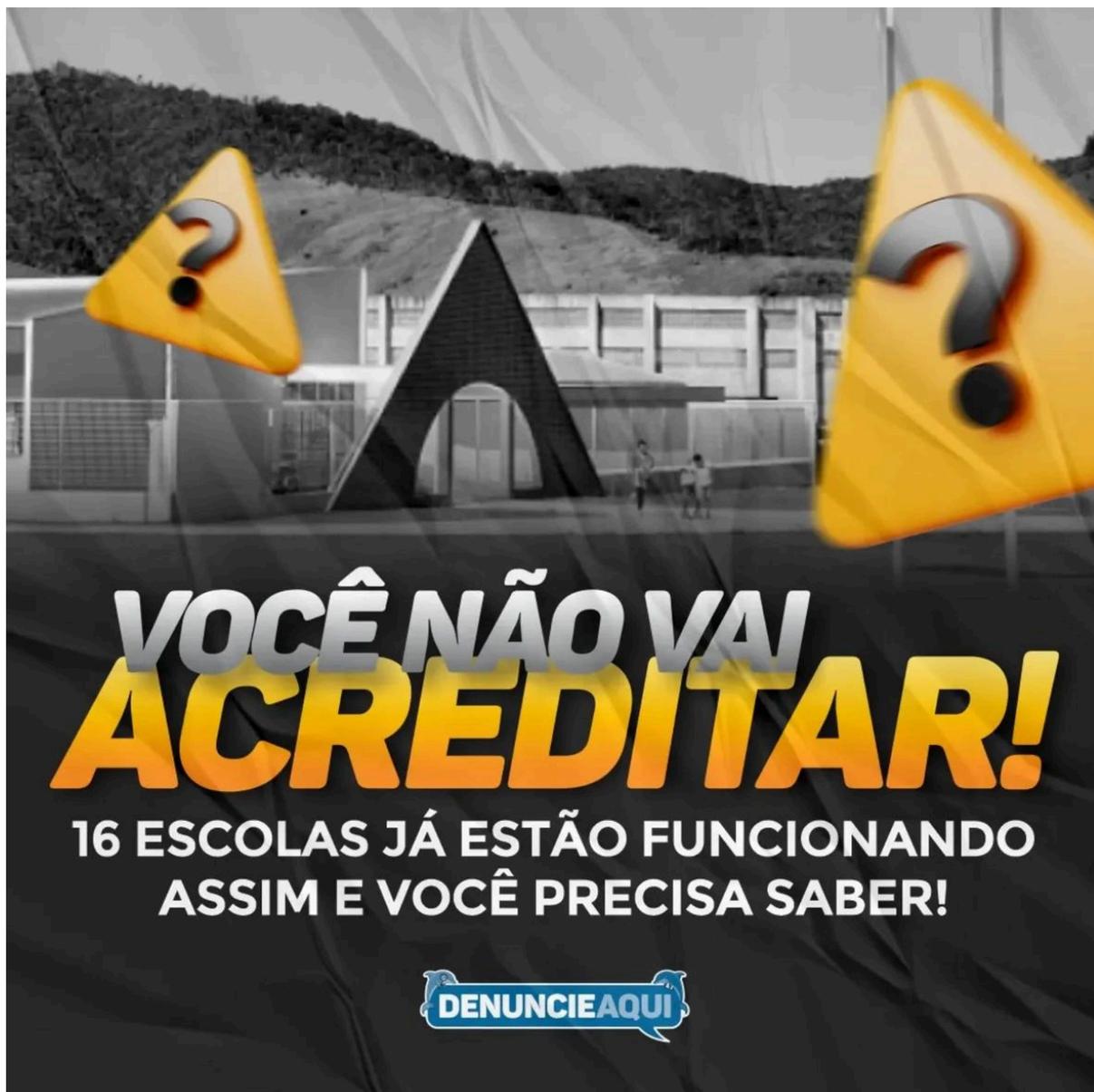


Praia da Cocanha representa o Brasil em prêmio internacional da ONU Turismo

A Praia da Cocanha, em Caraguatatuba, foi escolhida como uma das oito localidades brasileiras que concorrem ao prêmio “Melhores Vilas Turísticas” da ONU Turismo, reconhecimento internacional que valoriza destinos que se destacam pela sustentabilidade, preservação cultural e fortalecimento das comunidades locais.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Boca no Trombone



**NOVA REALIDADE EM CARAGUÁ! 16 ESCOLAS JÁ ESTÃO
FUNCIONANDO ASSIM... E VOCÊ PRECISA SABER!**

Em apenas 5 meses, Caraguatatuba transformou a educação!

De 2 escolas em tempo integral (ETI) em janeiro de 2025, agora são 16 unidades em pleno funcionamento, com mais uma a caminho até o fim de maio!

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículo
Diário Caiçara



GCM de Caraguatatuba apreende veículo com queixa de apropriação indébita no Centro

A Guarda Civil Municipal (GCM) de Caraguatatuba apreendeu, nesta quarta-feira (21/05), um veículo com registro de apropriação indébita, identificado por meio das câmeras com leitura automática de placas do Centro de Operações Inteligentes (COI), no Centro da cidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



GCM de Caraguatubá detém homem por furto qualificado no Jardim Gaivotas

A Guarda Civil Municipal (GCM) de Caraguatubá deteve um homem acusado de furto qualificado a uma residência no bairro Jardim Gaivotas, nesta quarta-feira (21/5).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

23.04.2025

Entrevista com a Secretária de Governo, Eloíza Andrade, para a TV Câmara.

Pauta: 1º Conferência municipal da cidade.



Assista a reportagem completa [aqui](#).